

O Homem e a Mulher do Povo, marco na ação política de Oswald e Pagu

Em 1931, Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) se filiaram ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundaram o jornal O Homem do Povo. Publicaram apenas oito números. O periódico foi fechado pela polícia, após confronto entre eles e estudantes de direito do Largo São Francisco. Leia no texto escrito com exclusividade para a publicação desta Ocupação pela jornalista e professora Gisely Hime ()*

Os anos 1920 e 1930 foram sulcados por transformações políticas e socioculturais, reportadas pelo jornalismo brasileiro e também fundamentais para seu crescimento e sua reconfiguração. O movimento modernista, o tenentismo, a Revolução de 1930, a ditadura Vargas, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a criação e implementação das leis trabalhistas, o impulso à industrialização e à urbanização, a era de ouro do rádio, a luta pelo voto feminino, entre tantos outros eventos, em diálogo com o panorama mundial, motivaram coberturas e reorganizaram a práxis jornalística, fundamentada em editoração, administração e produção.

Como propõe Maria Nazareth Ferreira¹, esse período inaugura a segunda fase da imprensa do trabalhador no Brasil. Denominada sindical-partidária, essa se inicia com a fundação do PCB, em 1922, e segue até o golpe militar de 1964. Ferreira² resalta a mudança radical na práxis jornalística, ocasionada pela ligação do movimento operário – que antes se proclamava apartidário e apolítico – com os partidos. Nesse cenário, são criados inúmeros veículos, ainda como instrumento de propaganda e conscientização. Entre eles, *O Homem do Povo*, lançado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) em 1931, ano em que ambos se filiam ao PCB, refletindo uma postura de adesão quase incondicional ao proselitismo do partido.

De acordo com Augusto de Campos³, *O Homem do Povo* introduz a fase mais sectária e engajada da atuação política desses importantes intelectuais. O assumido pasquim político, porém, tem curtíssima duração: oito números, publicados em 27, 28 e 31 de março e em 2, 4, 7, 9 e 13 de abril. O projeto (para o qual se havia planejado a circulação às terças, quintas e sábados) foi fechado pela polícia após violento confronto entre o casal e estudantes de direito do Largo São Francisco, que se sentiram ofendidos com a classificação da faculdade como um dos “dois cancros de São Paulo”⁴ (o outro seria o café).

Em formato tabloide, 48 por 34 centímetros, e com seis páginas, o jornal era dirigido por Oswald, editado por Álvaro Duarte e secretariado por Queiroz Lima e Patrícia, que também criava charges, ilustrações e vinhetas. Oswald e Pagu haviam se casado no ano anterior, depois do rompimento do escritor com a pintora Tarsila do Amaral. Segundo

¹ FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa operária no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1988.

² Ibid., p. 14-15.

³ O Homem do Povo: coleção completa e fac-similar de jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1985. p. 10.

⁴ A acusação aparece no artigo “As angústias de Piratininga”, escrito por Oswald e publicado no O Homem do Povo.

Maria Luiza Tucci Carneiro⁵, Álvaro Duarte seria um dos pseudônimos de Antônio Candeias Duarte, anarquista e editor de publicações comunistas, muitas das quais produzidas na própria tipografia, a Editora Marenglen, onde também era impresso *O Homem do Povo*. Aurora Cardoso de Quadros⁶ aponta que Queiroz Lima, de nome Eusébio, seria autor de inúmeras obras sobre sociologia jurídica, entre elas *Theoria do Estado* (1930). O veículo contou ainda com colaboradores esporádicos, que, na maioria das vezes, por receio da repressão, assinavam com pseudônimos. Patrícia usava vários: Brequinha, Cobra, G. Léa, Irmã Paula, K. B. Luda e Mme. Chiquinha Dell’Osso. Mas nunca na seção “A mulher do povo”. Lá era sempre Pagu, apelido que lhe foi atribuído pelo escritor Raul Bopp à época da *Revista de Antropofagia* (1928-1929).

A seção era o contraponto do editorial escrito pelo “homem do povo” (o próprio Oswald), uma espécie de segundo editorial, e, assim sendo, tratava dos mais diversos assuntos sob a ótica feminina. Localizado na página 2, esse espaço costurava notas e artigos sobre atitudes de estrangeiras e brasileiras, elogiadas como referência para transformar a sociedade ou censuradas por seu atraso. As críticas em ambos os editoriais eram ostensivas, ácidas, agressivas e muito mais frequentes que os elogios. As reflexões sobre a questão feminina, contudo, apareciam mais na seção de variedades “Palco, tela e picadeiro”, na página 4, também redigida por Patrícia. De modo geral, reprovavam, do ponto de vista marxista, a atitude das classes dominantes, sobretudo daquelas que se denominavam “feministas de elite”. Com discurso destrutivo, não valorizavam militantes e raramente apontavam caminho para a transformação social.

Em “Maltus além”⁷, por exemplo, Pagu critica duramente Maria Lacerda de Moura, professora, escritora e uma das principais líderes feministas no período, em relação à defesa do controle da natalidade e da maternidade consciente, problemáticas consideradas fundamentais na emancipação da mulher, porém vistas aqui como secundárias diante da verdadeira natureza dos problemas sociais: “a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e [...] os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para ser resolvidos”. Já em “O retiro sexual”⁸, ninguém escapa das críticas, independentemente das posições ideológicas defendidas – de Bertha Lutz, ilustre líder feminista, a Sigmund Freud, criador da psicanálise. A religião, a ciência e o feminismo são classificados como sintomas de recalque e doença, em vias de superação pela nova ordem.

De acordo com Campos⁹, “o clima do jornal é de ostensiva provocação. Ataques aos imperialistas, louvores à União Soviética, insultos às autoridades, violento anticlericalismo...”, pois esse homem e essa mulher do povo se dirigiam mais à elite criticada do que

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Editando a desordem. Livros proibidos, ideias malditas. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 57.

⁶ QUADROS, Aurora Cardoso de. O Homem do Povo: Oswald de Andrade e outros articulistas. Revista Espaço Acadêmico. Maringá: UEM, ano 18, n. 210, p. 109, nov. 2018.

⁷ O Homem do Povo: coleção completa e fac-similar de jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1985. p. 18.

⁸ Ibid., p. 30.

⁹ Ibid., p. 11.

aos trabalhadores que ambicionavam representar, como evidencia o editorial de apresentação do veículo:

“Somos a opinião livre, mas bem informada. Sabemos nos colocar no espaço-tempo. [...] Sabemos que o partido comunista, auxiliado pelos fatos, prepara as massas das oficinas e dos campos [...]. Sabemos que existe uma ala canhota no mundo e aqui. Nesta se encartam os que acreditam ser da esquerda, [mas] não passam de direitistas confusos. Entre uns e outros nos colocamos com uma imensa e clara simpatia pelas reivindicações da nossa gente explorada.”¹⁰

Apesar da virulência do discurso, transparece o sarcasmo criativo de Oswald, assim como a criatividade e a ousadia de Patrícia. Aliás, deve-se ressaltar o arrojo de sua iniciativa editorial, uma vez que, à época, raramente as mulheres participavam da produção jornalística. A curta duração do veículo, contudo, deixa a dúvida: as reflexões avançariam a ponto de oferecer aos leitores uma proposta construtiva, capaz de elucidar novos modelos de relações socioeconômicas e políticas para, dessa forma, efetivar uma profunda mudança na sociedade brasileira?

(*) Gisely Valentim Vaz Coelho Hime formou-se em jornalismo na Universidade de São Paulo (USP), onde também realizou mestrado e doutorado, ambos na área de comunicação. É professora no FIAM-FAAM – Centro Universitário, além de atuar com comunicação empresarial e tradução.

A íntegra deste texto é de uso exclusivo para publicação da *Ocupação Oswald de Andrade*

¹⁰ ORDEM e progresso. O Homem do Povo, São Paulo, p.17, 1988.